



A VOZ ROUCA

que não se cala

#6

f A Voz Rouca

Nova paralisação contra as reformas vai encerrar semestre de luta

Chegamos ao final do semestre cansados: além da correria de sempre para corrigir provas e fechar notas, demos duro para nos organizar e paralisar nossos colégios. A luta contra as reformas deixou sua marca na vida das escolas públicas e particulares. Os professores da rede municipal realizaram uma greve com forte adesão, articulada às comunidades, enquanto no ensino privado houve um movimento inédito de construção da greve de 28 de abril, com assembleias em cada colégio sem depender do sindicato. A organização que floresceu em cada

escola nos últimos meses não pode morrer. Para conservar a força que demonstramos ter no dia 28, precisamos nos manter organizados nos locais de trabalho, resistindo à pressão dos patrões e conquistando pequenas vitórias. Foi só permanecendo mobilizados que, em muitos lugares, os professores conseguiram reverter o corte de ponto do dia da paralisação.

As centrais sindicais agora convocam uma nova data de paralisação geral para 30 de junho, novamente uma sexta-feira. Em muitas escolas é o primeiro dia de férias

de alunos e professores, mas em algumas ainda há aulas e, em boa parte, é dia de trabalho dos demais funcionários. Mesmo sem assembleia, o Sinpro anunciou a adesão dos professores da rede particular e marcou uma reunião de organização.

Apesar das condições adversas para uma nova paralisação da categoria, o avanço dos ataques à legislação trabalhista e à previdência exige que continuemos mobilizados. É preciso pensar em ações dentro e fora das escolas que nos permitam fortalecer o chamado de greve geral.



Calendário

24/06 REUNIÃO DO SINPRO SOBRE O DIA 30 – 9h da manhã na Rua Borges Lagoa, 208 (Metrô Santa Cruz).

30/06 CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO – No dia da paralisação nacional, nos reuniremos a partir da 14h na PRAÇA DOS ARCOS (Pca. Marechal Cordeiro de Farias - esquina da Av. Paulista com a Av. Angélica)

01/07 DEBATE SOBRE OSs NA EDUCAÇÃO – Roda de conversa com trabalhadoras das creches municipais, Fábricas de Cultura e escolas de Goiás, às 15h na Casa do Povo (Rua Três Rios, 252 - Metrô Tiradentes)

Assembleia mensal dos professores do Gracinha é exemplo de organização permanente na escola

Há aproximadamente 30 anos, os docentes da escola Nossa Senhora das Graças mantém a assembleia de professores. Com origem ligada às movimentações de professores nas lutas e greves na passagem dos anos 1980 para a década de 1990, a assembleia inicialmente se estruturou a partir de demandas específicas, sendo que seus encontros aconteciam de acordo com cada uma dessas demandas.

Ao longo do tempo, os professores, em negociação com a instituição, buscaram um acordo para viabilizar a realização de uma assembleia mensal no espaço da escola que ocorresse no mesmo dia da reunião pedagógica (mais amplo encontro dos professores na escola), viabilizando assim a participação de todos os professores e professoras. O acordo para a realização dessas assembleias funciona

atualmente da seguinte forma: os professores iniciam as reuniões pedagógicas 15 minutos antes do horário previsto, garantindo assim uma dispensa de 1 hora ao final do mês, horário este que é utilizado para a assembleia.

Durante muitos anos as assembleias contaram com diferentes delegados sindicais. Atualmente há uma comissão de representantes composta por dois professores de cada nível, que são responsáveis pela organização e articulação das demandas e encontros, sendo responsáveis também pelo diálogo direto com a instituição.

Dentre as conquistas da assembleia estão: (1) as reuniões mensais com espaço cedido pela escola; (2) reuniões mensais com a direção para informar/debater as demandas da assembleia; (3) equiparação salarial de professores e professoras do

ensino fundamental II e médio; (4) a mudança no registro de auxiliar de classe para professor auxiliar, possibilitando que o tempo de trabalho dos mesmos fosse computado para a aposentadoria especial; (5) apreciação prévia do calendário escolar para apontamento de propostas e ajustes; (6) campanhas salariais, (7) negociação de valores de pagamento de estudos do meio; (8) criação de comissões para discussões relacionadas ao projeto pedagógico da escola; (9) criação de comissões e fóruns para a discussão de temas ligados a contextos educacionais e políticos.

Essa forma de organização permite aos professores do Gracinha manter seu espaço de debate e ação frente às questões específicas do professor e também sobre os mais amplos contextos em que estão inseridos.

O feitiço virou contra o feiticeiro: relato de uma resposta coletiva à pressão da coordenação

Em uma escola da zona oeste de São Paulo... Diante do início de ano conturbado que tivemos com inúmeras mudanças, cobranças e nenhum apoio pedagógico, a coordenação da escola pediu, com prazo de um dia, para que todos os professores entregassem um texto a respeito da própria prática. “Uma reflexão para que surja uma nova ação”, foram as palavras da coordenação.

A intenção dessa tarefa nada mais era que culpabilizar individualmente as práticas de cada professor, sendo que todos tinham questões coletivas que precisavam ser resolvidas com a coordenação.

Temos cinco turmas com um aluno de inclusão em cada, com apenas uma assistente. O professor polivalente faz seu horário de almoço durante as aulas dos especialistas, mas quando estes faltam, o professor enfrenta dificuldades, chegando a ficar sem almoçar. Neste ano, o Fundamental mudou para uma nova unidade cuja reforma foi feita às pressas para o início das aulas, então o estresse pela falta de funcionamento das instalações da escola e pelas condições perigosas às quais todos estávamos submetidos, eram vividas diariamente como normais e tranquilas.

A insatisfação era geral e as queixas eram compartilhadas pelos corredores entre os professores. Assim, percebendo que os problemas eram comuns, nos organizamos por meio de um grupo de WhatsApp para discutir nossas questões e, então, surgiu a ideia de escrever uma carta coletiva.

A coordenação inicialmente se recusou a receber a carta, mas uma professora entregou-a junto com seu relato individual,

forçando a escola a recebê-la. Depois de um dia, a carta coletiva foi lida e respondida – por WhatsApp – pela coordenação. Apesar da dificuldade de estabelecer uma ponte de comunicação, após a entrega da carta algumas das queixas foram consideradas. Mudanças ocorreram e o clima entre professores e coordenação melhorou, mas sabemos que certas coisas só mudarão com mais luta!



A VOZ ROUCA apresenta
que não se cala

**EDUCAÇÃO DO FUTURO:
QUANDO OS LOBOS GOVERNAM**

O que significa traficar os direitos mais elementares a instituições que não se colocam no campo do público? O que significa trabalhar nessa área cinzenta em que a flexibilização do trabalho se põe como regra? Como podemos agir nesse lugar?

1º DE JULHO ÀS 15h NA CASA DO POVO
Rua Três Rios, 252 - Metrô Tiradentes